



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE MARÇO DE 2021

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 28
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	29 a 31

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Levantados em 31 de Março de 2021 e Dezembro de 2020
Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		190.637	165.150
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	98.860	51.616
Clientes	6	82.189	104.599
Outros Créditos	8	6.219	6.082
Tributos Compensáveis	9	2.815	2.764
Despesas pagas antecipadamente	10	554	89
NÃO CIRCULANTE		545.689	540.102
Realizável a Longo Prazo		58.652	47.055
Tributos Federais a Restituir	12	1.246	1.246
Depósitos Judiciais	11	75	75
Tributos Diferidos	13	48.971	37.376
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	14	343.682	347.373
Intangível	15	143.119	145.399
Direito de Uso	16	237	275
TOTAL DO ATIVO		736.325	705.252

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Levantados em 31 de Março de 2021 e Dezembro de 2020
Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		105.132	95.464
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	358	308
Fornecedores	18	3.096	2.269
Outras Obrigações Fiscais	19	1.907	1.570
Concessão de Uso de Bem Público	20	89.850	82.278
Pequisa e Desenvolvimento	21	8.552	8.376
Outras Contas a Pagar	22	1.369	663
NÃO CIRCULANTE		640.159	596.298
Concessão de Uso de Bem Público	20	640.057	596.158
Direito de Uso	16	102	140
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(8.966)	13.490
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.2	255	255
Prejuízos Acumulados		(22.268)	(22.268)
Prejuízos do Período		(22.456)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		736.325	705.252

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Períodos findos em 31 de Março de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	N.E	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	49.755	51.088
(-) Custos Operacionais	27	(15.965)	(14.043)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		33.790	37.045
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(122)	(1.367)
Despesas Administrativas	28	(1.489)	(1.367)
Outras Receitas		1.367	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		33.668	35.678
RESULTADOS FINANCEIRO	29	(67.719)	(23.021)
Receitas financeiras	29	4.156	668
Despesas financeiras	29	(71.875)	(23.689)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(34.051)	12.657
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.595	(4.298)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(3.975)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	13	11.595	(323)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(22.456)	8.359
LUCRO OU (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		(0,372)	0,139

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos findos em 31 de Março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2021	31/03/2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22.456)	8.358
Outros resultados abrangentes	-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(22.456)	8.358

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de Março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros		Total
			Reserva Legal	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	35.503	255	7.101	-	42.859
Lucro do período - Janeiro a Março 2020	-	-	-	8.358	8.358
Saldos em 31 de Março de 2020	35.503	255	7.101	8.358	51.217
Prejuízo - Abril a Dezembro de 2020	-	-	-	(37.727)	(37.727)
Absorção da reserva legal	-	-	(7.101)	7.101	-
Dividendos distribuídos antecipadamente 7	-	-	-	(8.358)	(8.358)
Adiantamento a Acionistas 7	-	-	-	8.358	8.358
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	35.503	255	-	(22.268)	13.490
Prejuízo período - Janeiro a Março 2021	-	-	-	(22.456)	(22.456)
Saldos em 31 de Março de 2021	35.503	255	-	(44.724)	(8.966)

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Períodos findos em 31 de Março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(22.456)	8.358
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	27 e 28	4.685	4.623
Amortização	27	2.280	2.279
Variações monetárias não realizadas	29	71.865	23.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(11.595)	323
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	6	22.410	(17.761)
Outros créditos	8	(137)	(351)
Tributos compensáveis	9	(50)	-
Despesas pagas antecipadamente	10	(465)	(344)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	50	32
Fornecedores	18	827	(1.226)
Imposto de renda e contribuição social		-	(2.058)
Outras Obrigações Fiscais	19	337	(204)
Pagamento de direito de uso	22	(48)	(39)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	29	(20.388)	(17.287)
Pequisa e Desenvolvimento	21	176	15
Outras Contas a Pagar	22	715	(108)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		48.206	(85)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	14	(962)	(42)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(962)	(42)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	-
Variação no caixa e equivalentes a caixa		47.244	(127)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	51.616	37.878
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	98.860	37.751
Variação no caixa e equivalentes a caixa		47.244	(127)

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Períodos findos em 31 de Março 2021 e 2020

	NE nr.	31/03/2021	31/03/2020		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	55.235	55.472		
Total		55.235	55.472		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Encargos de uso da rede elétrica	27	4.056	3.759		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	2.049	641		
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	3.435	2.702		
Outros insumos	27 e 28	89	115		
Total		9.629	7.217		
(=) Valor adicionado bruto		45.606	48.255		
(-) Depreciação e amortização					
	14 e 15	6.965	6.936		
(=) Valor adicionado líquido		38.641	41.319		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	29	4.156	668		
Outras Receitas		1.367	-		
Total		5.523	668		
Valor adicionado a distribuir		44.164	41.987		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/03/2021	%	31/03/2020	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	27	742		714	
Planos previdenciários e assistencial	27	206		201	
Benefícios	27	110		83	
Encargos sociais - FGTS	27	31		29	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		1.089	2,5	1.027	2,4
Governo					
Federal	26	(6.392)		8.871	
Estadual	27	4		2	
Municipal	27	25		18	
Total		(6.363)	(14,4)	8.891	21,2
Terceiros					
Juros e variações monetárias	29	71.875		23.689	
Arrendamentos e aluguéis	28	19		22	
Total		71.894	162,8	23.711	56,5
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		(22.456)		8.358	
Total		(22.456)	(50,8)	8.358	19,9
		44.164	100	41.987	100

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Levantadas em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

A Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada em 13 de dezembro de 2017, junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF. Nesta ação, pleiteia-se a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN.

Neste momento, a entidade possui decisão proferida de maneira liminar, a qual garante a liquidação integral da GF de 140,300 MW médios no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a portaria seja mantida, a redução da GF será de 2,6 MW médios.

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

Conforme Lei Federal nº 13.203/2015, a companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão para 28 de maio de 2037.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela agente regulatório, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos esteja nas condições estabelecidas no Contrato, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Como pagamento pelo UBP (Uso do Bem Público) objeto do contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir de maio de 2001.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30.04.2021.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa

estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de Contratos Com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da

transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/03/21	31/12/20
Caixa e bancos contas movimento		21	21
Aplicações financeiras de curto prazo		98.839	51.595
		98.860	51.616

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 85,75% a 96,00% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e data de aplicação.

6. Clientes

Clientes	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.03.2021
Suprimento - Copel Comercialização	1.226	-	-	1.226
Suprimento – Livres	15.814	-	-	15.814
CCEE	65.149	-	-	65.149
	82.189	-	-	82.189

As vendas da companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do trimestre. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), que representam 79,3% (setenta e nove vírgula três pontos percentuais) do saldo do grupo Clientes em 31 de março de 2021.

A companhia não realiza PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias, que impõem penalidades severas para inadimplentes, mitigando um possível risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	31.03.21	31.12.20
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.	1.226	1.600
<u>Ativo não circulante</u>		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.507	2.508
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	1.343	1.327
Copel Geração e Transmissão S.A.	952	927
<u>Resultado</u>	31.03.21	31.03.20
Entidade sob controle em comum		
Suprimento de Energia		
Copel Comercialização S.A.	3.629	5.025
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(4.056)	(3.758)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(2.638)	(2.472)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(237)	(201)
Serviços de Telecomunicações		
Copel Telecomunicações S.A.	(27)	(23)

8. Outros Créditos

	Saldos em	31/03/21	31/12/20
Serviços em Curso (*)		6.069	6.008
Almoxarifado de manutenção e operação		94	70
Adiantamento a empregados		52	2
Adiantamento a fornecedores		2	-
Devoluções de compras		2	2
		6.219	6.082

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa durante o exercício 2020, poderão ser compensados ou ressarcidos através de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), após a entrega da Declaração de Ajuste Anual ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

	Saldos em	31/03/21	31/12/20
IRPJ pago por estimativa		1.580	1.580
CSLL pago por estimativa		914	914
Imposto de Renda retido fonte		321	270
		2.815	2.764

10. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	31/03/21	31/12/20
Seguro das usinas		554	88
Seguro sede administrativa		-	1
		554	89

A companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a Sompo Seguros com vigência até 11 de março de 2022, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 302.616 mil.

11. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
- Atualização monetária	-
Saldo em 31 de março de 2021	75

12. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.246
- Constituição	-
- Atualização monetária	-
Saldo em 31 de março de 2021	1.246

A companhia possui o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, em trâmite na 2ª Vara Federal de Curitiba, na qual pleiteia a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As contabilizações inerentes da adoção inicial as normas internacionais de contabilidade (IFRS 1), em conformidade com legislação tributária (Lei 11.941/2009) foram adicionados na apuração do Lucro Real, os quais estão sendo realizados no transcurso do período da concessão.

Com o advento da Lei 12.973/2014, a qual extinguiu o RTT (Regime Tributário de Transição), a Companhia optou pela adoção inicial dos seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, e, por conseguinte a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa.

Ainda, contempla os valores da base de cálculo negativa e prejuízo fiscal do último exercício fiscal e da apuração trimestral, conforme segue:

	01.01.21	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31.03.21
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	16.446	11.918	-	28.364
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	21.062	(323)	-	20.739
	37.508	11.595	-	49.103
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	132		-	132
	132	-	-	132
Líquido apresentado no Balanço	37.376	11.595	-	48.971

Realização dos créditos fiscais diferidos

31.03.21	Ativo	Passivo
2021	29.331	(132)
2022	1.291	-
2023	1.291	-
2024	1.291	-
2025	1.291	-
2026 a 2028	3.873	-
2029 a 2031	3.873	-
2032 a 2034	3.873	-
2035 a 2036	2.989	-
	49.103	(132)

	31.03.21	31.03.20
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(34.051)	12.656
IRPJ e CSLL (34%)	11.577	(4.303)
Efeitos fiscais sobre:		
Adições (Exclusões)		
Despesas Indedutíveis	5.428	40
Despesas Dedutíveis	(5.428)	(38)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(950)	(950)
Lucro (Prejuízo) Fiscal do Exercício	(35.001)	11.708
IRPJ e CSLL correntes	11.918	(3.975)
IRPJ e CSLL diferidos	(323)	(323)
Alíquota efetiva - %	34,05%	33,96%

14. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução n° 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução n° 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31.12.20	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	31.03.21
<u>Em serviço</u>						
Reservatórios, barragens, adutoras	180.165	-	(2.284)	-	-	177.881
Máquinas e equipamentos	110.402	1.711	(1.660)	-	-	110.453
Edificações	37.142	-	(452)	-	-	36.690
Terrenos	15.914	-	(246)	-	-	15.668
Móveis e utensílios	129	2	(11)	-	-	120
	343.752	1.713	(4.653)	-	-	340.812
<u>Em curso</u>						
Custo	3.621	-	-	-	(751)	2.870
	3.621	-	-	-	(751)	2.870
	347.373	1.713		-	(751)	343.682

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

15. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em setembro/2005 e julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31.12.20	142.179	-	3.220	-	145.399
Aquisições	-	-	-	-	-
Amortização UBP	(2.142)	-	-	-	(2.142)
Amortização GSF	(97)	-	-	-	(97)
Amortização - Outros	-	-	(41)	-	(41)
31.03.21	139.940	-	3.179	-	143.119

16. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 31 de março de 2021 e a seguinte:

	Edificações		
	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
31.12.20	255	20	275
Depreciações	(33)	-	(33)
Amortizações	-	(5)	(5)
31.03.21	222	15	237

17. Obrigações Sociais e Trabalhista

Descrição	Saldos em	31/03/21	31/12/20
Salários a pagar		9	9
Tributos retidos na fonte		52	90
Provisão de férias e 13º salário		297	209
		358	308

18. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo 31.03.2021
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.343	-	-	-	-	-	1.343
Materiais e Serviços - Copel GET	952	-	-	-	-	-	952
Materiais e Serviços	801	-	-	-	-	-	801
	3.096	-	-	-	-	-	3.096

19. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em 31/03/21	31/12/20
Tributos retidos na fonte	266	237
Previdência Social INSS	52	65
FGTS	8	13
PIS e Cofins	1.581	1.255
	1.907	1.570

20. Encargos de Outorga Aneel

Em 31/03/2021 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 189 (cento e oitenta e nove) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.488.845 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.20	82.278	596.158	678.436
Encargos	7.572	64.288	71.860
Transferências	20.389	(20.389)	-
Amortização - principal	(4.750)	-	(4.750)
Pagamento - encargos	(15.639)	-	(15.639)
31.03.21	89.850	640.057	729.907

	Valor nominal	Valor presente
2021	67.388	75.519
2022	89.850	82.366
2023	89.850	74.204
2024	89.850	66.850
2025	89.850	60.226
2026	89.850	54.257
Após 2025	972.207	316.485
	1.488.845	729.907

21. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/03/2021 é a seguinte:

Mutação	Circulante FNDCT	Circulante MME	Circulante P&D	não circulante	Total
31.12.20	143	72	8.161	-	8.376
Constituições	190	95	190	-	475
Juros Selic	-	-	10	-	10
Recolhimentos	(206)	(103)	-	-	(309)
Conclusões	-	-	-	-	-
31.03.21	127	64	8.361	-	8.552

22. Outras Contas a Pagar

Descrição	Saldos em	31/03/21	31/12/20
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.233	518
Direito de Uso - Edificações		136	145
		1.369	663

23. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

23.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.20	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	51	-	51
Amortizações	(51)	-	(51)
31.03.21	-	-	-

24. Provisão para Contingências

Com base no relatório da assessoria jurídica, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados como perda Possível ou Remota, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa as classificadas como possível.

Ações possíveis	31.03.21	31.12.20
Trabalhistas	-	-
Cíveis	965	965
Desapropriações	9.179	9.179
	10.144	10.144

Descrição da natureza e/ou informações sobre às ações

a) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

Autos:0001464-23.2015.8.16.0031 - 2ª Cível - **Valor Estimado:** R\$ 200
Guarapuava,

Situação Atual: Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Decisão transitada em julgado, processo em fase de cumprimento de sentença. Valor estimado entre condenação e multa por não cumprimento de obrigação de fazer, em torno de R\$ 200 mil.

Autos:0005190-34.2017.8.16.0031 - 1ª Cível - **Valor Estimado:** R\$ 765
Guarapuava,

Situação Atual: Fase instrutória.

b) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

Autos:53/2005 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 97

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos: 55/2005 - 1ª Vara Cível de Pinhão

Valor Estimado: R\$ 286

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos: 107/2003 – 1ª Vara Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 325

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia. Perícia realizada, R\$ 325.

Autos: 000395-98.2003.8.16.0031 - 1ª Cível Guarapuava

Valor Estimado: R\$ 6.228

Situação Atual: Realizada nova perícia, no valor de 6.228. Insurgência da parte desapropriada. Ainda em fase pericial.

Autos: 0000207-28.2004.8.16.0134– 1ª Cível de Pinhão

Valor Estimado: R\$2.244

Situação Atual: Fase de cumprimento de sentença, em que a ELEJOR busca reaver valor pago a maior e a desapropriada busca receber parcela que entende pendente. Fase pericial contábil. Valor estimado como pago a maior de R\$ 1.280

Autos: 454/2003 - 2ª Cível de Guarapuava

Valor Estimado: R\$ 1

Situação Atual: Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

Autos: 368/2003 - 2ª Cível de Guarapuava

Valor Estimado: R\$ 90

Situação Atual: Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

25. Patrimônio Líquido

25.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 64ª AGE de 18/12/2018, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

25.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132.

Os certificados foram avaliados a € 1,70 (um euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

26. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	31.03.21	31.03.20
Geração		49.628	33.155
Venda de Energia UHEs - Convencional		46.822	30.543
Venda de Energia PCHs - Incentivada		2.806	2.612
Comercialização		5.607	22.317
Energia contabilizada na CCEE		5.607	22.317
Receita Bruta		55.235	55.472
Contribuição para PIS		(893)	(692)
Contribuição para COFINS		(4.112)	(3.189)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(475)	(503)
Deduções da Receita Bruta		(5.480)	(4.384)
RECEITA LÍQUIDA		49.755	51.088

27. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	31.03.21	31.03.20
Materiais		(45)	(42)
Serviços de Terceiros		(2.396)	(2.378)
Depreciação		(4.645)	(4.617)
Amortização		(2.280)	(2.279)
Seguros		(274)	(115)
Compens. Financ. Utiliz. cRecursos Hídricos		(2.049)	(641)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(198)	(189)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(4.056)	(3.758)
Outros custos		(22)	(24)
		(15.965)	(14.043)

28. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Descrição	Saldos em	31.03.21	31.03.20
Pessoal		(601)	(543)
Administradores		(487)	(484)
Materiais		(17)	(9)
Serviços de Terceiros		(227)	(158)
Depreciação		(41)	(40)
Arrendamento e Aluguéis		(19)	(22)
Seguros		(1)	-
Tributos		(29)	(21)
Outras despesas		(67)	(90)
		(1.489)	(1.367)

29. Resultado Financeiro

	Saldos em	31.03.21	31.03.20
Receitas financeiras			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		372	386
CCEE Encargos de liquidação		3.784	194
Outras receitas		-	88
		4.156	668
Despesas financeiras			
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM		(20.389)	(17.288)
Encargos da concessão - UBP - AVP		(51.471)	(6.375)
Juros e correções - P & D		(10)	(19)
Juros Incorridos - Direito de Uso		(5)	(7)
		(71.875)	(23.689)
		(67.719)	(23.021)

O IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, indexador para reajuste da concessão do UBP, apontou um percentual de 8,26% (oito vírgula vinte e seis pontos percentuais) no primeiro trimestre de 2021, ante 1,69% (hum vírgula sessenta e nove percentuais) para o mesmo período no ano anterior, elevando os gastos com o Ajuste a Valor Presente da dívida do Contrato de Concessão.

30. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2021 a 11.03.2022	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	586	302.616
TOQUIO MARINE	16.05.2020 a 16.05.2021	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.538
Total				588	304.154

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

31. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da empresa. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

32. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

33. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	31/03/21		31/12/20	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos conta movimento	5	23	23	21	21
Aplicações financeiras	5	98.839	98.839	51.595	51.595
Custo Amortizado					
Clientes	6	82.189	104.599	104.599	104.599
Total dos ativos financeiros		181.051	203.461	156.215	156.215
Passivos financeiros					
Total dos passivos financeiros		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 31 de março de 2021

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/03/2021	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	11	11
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/11/2020	15/10/2025	Custo amortizado	394	394
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	16/11/2020	21/10/2025	Custo amortizado	1.739	1.739
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/12/2020	12/11/2025	Custo amortizado	10.802	10.802
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/12/2020	13/11/2025	Custo amortizado	1.219	1.219
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/12/2020	19/11/2025	Custo amortizado	1.673	1.673
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/01/2021	12/12/2025	Custo amortizado	13.908	13.908
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	11/01/2021	16/12/2025	Custo amortizado	10.682	10.682
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/01/2021	19/12/2025	Custo amortizado	1.606	1.606
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/02/2021	13/01/2026	Custo amortizado	17.102	17.102
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/02/2021	14/01/2026	Custo amortizado	15.497	15.497
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/03/2021	10/02/2026	Custo amortizado	15.541	15.541
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/03/2021	12/02/2026	Custo amortizado	7.309	7.309
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	18/03/2021	20/02/2026	Custo amortizado	1.356	1.356
					98.839	98.839

34. Impactos do COVID-19

A companhia monitora os impactos da pandemia global em função do coronavírus, que causa a doença denominada Covid-19. No contexto operacional, várias medidas foram tomadas, como testagem das equipes de operação e manutenção que atuam no CEFSC, sanitização dos ambientes das usinas e modificação no ambiente do refeitório com o fornecimento de porções individualizadas em substituição ao sistema de buffet. Enquanto na sede administrativa, foram implementadas medidas de infraestrutura tecnológica, possibilitando aos colaboradores, acesso remoto aos sistemas e aplicativos da empresa, ofertando o denominado *home office*.

Os possíveis impactos financeiros são acompanhados pela administração, especialmente na manutenção de valores disponíveis de caixa e equivalentes, considerados confortáveis. Além, disso, faz-se o acompanhamento dos contratos de recebíveis bilaterais (CCVEE), os quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, com acompanhamento mensal do Fluxo de Caixa Previsto *versus* Realizado.

JOAO BIRAL
JUNIOR:0085
2291990

Assinado de forma digital por JOAO BIRAL JUNIOR:00852291990
Dados: 2021.04.30 17:01:07 -03'00'

João Biral Junior
Diretor Presidente

CLEVERSON
MORAES
SILVEIRA:00457690
950

Assinado de forma digital por CLEVERSON MORAES SILVEIRA:00457690950
Dados: 2021.04.30 17:07:52 -03'00'

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDO SOUZA
RIBEIRO:236166529
87

Assinado de forma digital por FERNANDO SOUZA RIBEIRO:23616652987
Dados: 2021.04.30 16:52:13 -03'00'

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

Relatório de revisão das informações intermediárias

**Referente ao primeiro trimestre do exercício de
2021**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba - PR**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias, consiste na realização de indagações, principalmente as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referida, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Russell Bedford

taking you further

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:9023843
5091

Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2021.04.30 17:42:19
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico